

Ponderação do parecer do Património Cultural - PC
(matéria de PDM)

QUADRO 1
PATRIMÓNIO CULTURAL (PC)

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva

Proposta de Plano

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
PARECER TÉCNICO DE ARQUITETURA				
REGULAMENTO				
REG.01	5	<p>No articulado:</p> <p>A.2. a) No artigo 2º, sobre os objetivos, a expressão “património cultural” seria mais abrangente que a “património construído”.</p>	<p>Alterar redação.</p> <p>Artigo 2.º, al. a), subal. i.: “<i>OE1: Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, mais centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património cultural</i>”;</p> <p>Nota: A alteração da redação do OE1 produz efeitos em várias peças da proposta de Plano, nomeadamente no <u>Relatório</u>, no <u>Programa de Execução e Plano de Financiamento</u> e no <u>Relatório Ambiental</u>.</p>	Recomendação acolhida
REG.02	5	<p>A.2. b) No artigo 6º, uma vez que no ponto i. já se indica “Imóveis classificados e em vias de classificação e respetivas zonas gerais de proteção e zonas especiais de proteção”, não é necessário o ponto ii. “Zona Geral de Proteção em Vias de Classificação”, podendo inclusivamente tornar-se confuso.</p>	<p>Eliminar subalínea ii. da alínea f) do artigo 6.º.</p>	Recomendação acolhida
REG.03	5/6	<p>Nos anexos:</p> <p>A.2. c) As designações dos imóveis classificados deverá ser a que consta nos respetivos decretos de classificação, devendo assim ser ajustada/retificada em de alguns imóveis, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• “Castro de Orjais e ruínas de uma construção junto à Capela de Nossa Senhora das Cabeças”• “Conjunto de fornalhas e poços cilíndricos da antiga tinturaria da Real Fábrica de Panos da Covilhã”• “Troço de calçada romana junto à estação de caminho de ferro da Covilhã”• “Conjunto arquitetónico composto pelo edifício do Teatro-Cine da Covilhã, pelo edifício da Câmara Municipal da Covilhã, pelo edifício dos CTT e pelo edifício da Caixa Geral de Depósitos”	<p>Alterar as designações dos imóveis classificados de acordo com o indicado pela Entidade.</p>	Recomendação acolhida
REG.04	6	<p>A.2. d) Os imóveis que dispõem de zona especial de proteção deveriam ser referenciados, sugerindo-se que a seguir ao diploma se inclua a indicação “(inclui ZEP)”, nomeadamente na:</p> <ul style="list-style-type: none">• Capela de São Sebastião• Fábrica de António Estrella / Júlio Afonso• Palacete Jardim• Castro da Argemela	<p>Nos imóveis que dispõem de Zona Especial de Proteção, incluir a indicação “(inclui ZEP)” a seguir ao diploma, de acordo com o proposto pela Entidade.</p>	Recomendação acolhida
REG.05	6	<p>A.2. e) A numeração/código apresentada agora na lista dos imóveis classificados não corresponde com a da Planta de Condicionantes e de Ordenamento (áreas de salvaguarda – património arquitetónico, arqueológico e natural), situação que deverá ser corrigida, devendo-se igualmente atender ao referido sobre a mesma nos respetivos pontos de análise, nomeadamente quanto à repetição de números.</p>	<p>Corresponder a codificação dos imóveis classificados e em vias de classificação entre as diversas peças do Plano: Regulamento, Planta de Ordenamento e Planta de Condicionantes.</p>	Recomendação acolhida
REG.06	6	<p>A.2. f) Mantem-se igualmente que, para uma mais fácil identificação, os imóveis inventariados constantes na tabela 1.3 deveriam ser numerados e ter correspondência com a sua marcação na Planta de Ordenamento.</p>	<p>Considerando que não se trata de incumprimento, é opção do Município não identificar os imóveis inventariados na Planta de Ordenamento, sob pena da planta em questão perder leitura.</p>	Recomendação não acolhida
REG.07	6	<p>A.4. Informa-se ainda que à data da elaboração da presente análise foi publicado o procedimento de abertura de classificação de âmbito nacional do “Conjunto constituído pela Estância de Montanha das Penhas Douradas e o antigo Sanatório dos Ferroviários”, que abrange os concelhos de Manteigas, Gouveia e Covilhã.</p> <p>Na Covilhã situa-se o Sanatório dos Ferroviários, já classificado como de Interesse Municipal, mas que com o presente procedimento cria uma diferente servidão administrativa e a inclusão de uma zona geral de proteção.</p> <p>Assim, julga-se ser de incluir esta servidão, aquando das retificações a introduzir à proposta de revisão do PDM.</p>	<p>Incluir a diferente servidão administrativa do Sanatório dos Ferroviários na proposta de Plano.</p>	Recomendação acolhida
PLANTA DE ORDENAMENTO				
2.6 ÁREAS DE SALVAGUARDA – PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO, ARQUEOLÓGICO E NATURAL				
ORD.AS-PAT.01	7	<p>C.2. Foi dada resposta positiva às questões levantadas, sendo que se reitera o referido em B.4. relativamente á numeração.</p>	<p>Ver Notas e Comentários de COND.02.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.º		PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO						
ORD.AS-PAT.02		7	C.3. A delimitação dos imóveis classificados e respetivas zonas de proteção deverá ser ajustada conforme o referido / fornecido em B.3.	Ver Notas e Comentários de COND.01.	Recomendação acolhida						
PLANTA DE CONDICIONANTES											
3.5 PATRIMÓNIO CULTURAL											
COND.PAT.01		7	B.3. Não obstante o referido no ponto anterior, verificam-se algumas discrepâncias na delimitação dos imóveis e das suas zonas de proteção, quer no pdf quer nas shapefiles, pelo que as marcações corretas poderão ser acedidas através do seguinte link: https://app.box.com/s/n37bozyssvhbpkofhmq5sr4uwar5li8	Considerar a informação disponível no link na delimitação dos imóveis e das suas zonas de proteção.	Recomendação acolhida						
COND.PAT.02		7	B.4. A legenda foi complementada com o diploma de classificação, conforme solicitado, mas a identificação através de números, repetidos, deveria ser revista, devendo haver correspondência com a numeração/código apresentada na tabela anexa do Regulamento.	Corresponder a codificação dos imóveis classificados e em vias de classificação com a apresentada na tabela anexa do Regulamento.	Recomendação acolhida						
RELATÓRIO DO PLANO											
REL.01		7	D.2. a) Na tabela 6, dever-se-á corrigir o número dos Editais dos imóveis “Edifício do Club União da Covilhã” e “Estendedouro de Lãs das Escadinhas do Castelo”	Na Tabela 6, corrigir lapsos identificados pela Entidade. a) Edifício do Club União da Covilhã – Edital n.º 464/2017, DR, 2.ª série, n.º 125, de 30-06-2017 b) Estendedouro de Lãs das Escadinhas do Castelo – Edital n.º 463/2017, DR, 2.ª série, n.º 125, de 30-06-2017	Recomendação acolhida						
REL.02		7	D.2. b) Na tabela 40, no diploma/portaria da “Capela de São Sebastião” dever-se-á incluir “(ZEP)”, à semelhança dos outros. No anterior parecer apenas se pediu para retirar a indicação de “50m”, que não corresponde à ZEP.	Na Tabela 40, incluir “(ZEP)” no diploma/portaria da Capela de São Sebastião: <table><tr><td>CÓDIGO</td><td>DESIGNAÇÃO</td><td>CLASSIFICAÇÃO</td></tr><tr><td>Era 01</td><td>Capela de São Sebastião</td><td>Portaria n.º 740-V/2012, DR II Série n.º 248 de 24-12-2012 (ZEP)</td></tr></table>	CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	Era 01	Capela de São Sebastião	Portaria n.º 740-V/2012, DR II Série n.º 248 de 24-12-2012 (ZEP)	Recomendação acolhida
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO									
Era 01	Capela de São Sebastião	Portaria n.º 740-V/2012, DR II Série n.º 248 de 24-12-2012 (ZEP)									
PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PALNO DE FINANCIAMENTO											
PEPF.01		8	E.2. Quer na tabela 1, quer na 21, considera-se que o Programa/Ação “Levantamento, inventariação e classificação do património natural e arqueológico do concelho”, não deverá ser restrito ao património natural e arqueológico, devendo abranger igualmente o património arquitetónico e cultural em geral. Note-se que no objetivo estratégico 1 (OE1) se inclui a “proteção e valorização do património construído”.	No seguimento do parecer emitido no âmbito da 1.ª Reunião Plenária, da CC, e de acordo com o compromisso assumido pelo Município na Reunião Setorial, que ocorreu a 25/09/2024, e da qual resultou o quadro de ponderação que acompanhou a ata, proceder-se-á ao “levantamento arqueológico do concelho e à realocização de sítios arqueológicos para elaborar a Carta de Património Arqueológica” (10.9.1.1. do referido parecer), ressaltando-se a alteração na redação do Objetivo Estratégico 1 (OE1), conforme indicação da Entidade. Ver Notas e Comentários de REG.01.	Recomendação não acolhida						
PARECER TÉCNICO DE ARQUEOLOGIA											
ESTUDOS DE CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO											
ECD.01		10	3.1 a) Do subcapítulo 12.2. Património Arqueológico constata-se que na p.554 <u>continua a referir-se que “... no Concelho da Covilhã, existem 193 sítios arqueológicos...”</u> , e, não 197, gralha que deve ser corrigida. Saliente-se que na Tabela 42 - Sítios Arqueológicos no Concelho da Covilhã, segundo a base de dados DGPC encontram-se listados 197 sítios, constatando-se que foi integrado os 4 sítios que estavam em falta e que constavam da Tabela 1 do Parecer de Arqueologia do GP6100.	Na página 554, corrigir lapso identificado pela Entidade. “De acordo com informação disponível na base de dados da DGPC, no Concelho da Covilhã, existem 197 sítios arqueológicos”	Recomendação acolhida						
ECD.02		10	3.1 b) Relativamente à correção solicitada no anterior parecer de arqueologia, respetivamente: “Do Volume 2 consta a Planta de Património Cultural onde estão sinalizados 127 sítios arqueológicos, apresentando a legenda o respetivo número de inventário, designação, CNS e freguesia, constatando-se que o número de sítios representados em planta (127) difere do referido em texto (193 sítios arqueológicos) não se esclarecendo o porquê desta discrepância entre o número de sítios referidos nos dois documentos. Mais se constata que o n.º de inventário atribuído aos sítios na “Tabela 41 – Sítios Arqueológicos no Concelho da Covilhã, segundo a base de dados DGPC” não é coincidente com os da Planta de Património Cultural, alteração esta que se presta a confusões e erros, pelo que o número de inventário de cada sítio deveria ser sempre o mesmo independentemente do documento ou peça gráfica em que for referido.”	A Planta de Património Cultural identifica 145 sítios arqueológicos (e não 127, como referido no parecer), numerados de I a CXLV. Também na planta é referido que “apenas se encontram identificados os sítios arqueológicos que constam da lista georreferenciada da PC”. Relativamente à referida Tabela dos Sítios Arqueológicos no Concelho da Covilhã, segundo a base de dados da DGPC (Tabela 42, contrariamente ao referido), de facto os sítios inventariados não coincidem com os apresentados na Planta de Património Cultural, uma vez que na Tabela 42 estão identificados os 197 sítios existentes, e como já mencionado, na Planta apenas se encontram os georreferenciados.	N.A.						

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
ECD.03	10	3.1 b) <u>Constata-se que, estranhamente, da Planta relativa ao Património Cultural Inventariado (08.1, 08.2 e 08.3) não consta o Património Arqueológico, o qual deve constar nos termos do parecer anteriormente emitido e do acordado na reunião setorial, conforme o referido no Relatório da Consulta Institucional -ponderação dos pareceres emitidos.</u>	Por lapso, a planta desdobrada relativa ao Património Cultural Inventariado (08.1, 08.2 e 08.3) não foi totalmente carregada.	Recomendação acolhida
REGULAMENTO				
REG.08	12	4.1 a) <u>No que concerne ao Artigo 2º - Objetivos estratégicos reitera-se o acima exposto na alínea a) do ponto 3.2, devendo substituir-se no OE1 “património construído” por “património cultural”.</u>	Ver Notas e Comentários de REG.01 do Parecer Técnico de Arquitetura.	Recomendação acolhida
REG.09	14	<p>4.1. g) <u>Ora, no âmbito do exposto no ponto 7.27.1 do anterior Parecer de Arqueologia e da reunião setorial, constata-se que não foram vertidas algumas das alterações de redação propostas, as quais devem ser integradas, propondo-se o seguinte:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> <u>nº1: O património arqueológico integra todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução humana, designadamente depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados em solo rústico ou urbano, no subsolo ou em meio submerso;</u> <u>Manter a redação do nº 2 da anterior proposta preliminar – “Ao património arqueológico aplica-se a legislação em vigor, devendo ser privilegiada a proteção, conservação e a valorização dos vestígios arqueológicos.”</u> <u>Manter a redação do atual nº2, que assim passará a nº 3 , substituindo “perímetros de salvaguarda” por “áreas de salvaguarda”.</u> <u>O nº3, passa a nº4, e deve ter a seguinte redação: A demarcação dos perímetros de salvaguarda é passível de alteração, quando delimitados especificamente com base em informação científica disponível, cuja demarcação pode dar origem a áreas de sensibilidade arqueológica, sendo a A listagem e os limites estabelecidos para perímetros <u>as áreas de salvaguarda</u> dos sítios arqueológicos é passível de alteração, quando fundamentada cientificamente por <u>trabalhos arqueológicos</u> e objeto de parecer por parte da tutela do património cultural.</u> <u>O nº 4 passa a nº 5: “Se, no decurso de uma obra ou outra atividade não sujeita, previamente, ao cumprimento do disposto nos n.º 2 e n.º 3 do presente artigo, forem encontrados quaisquer vestígios arqueológicos, aplica-se o disposto no artigo 18.º.”</u> <u>O nº 5 passa a nº 6, e, o nº 6 passa a nº 7.</u> <u>O nº 7 passa a nº 8 com a seguinte redação: “As intervenções arqueológicas necessárias são integralmente financiadas pelo respetivo promotor da obra de urbanização ou edificação <u>ou projeto</u> em causa, de acordo com a legislação em vigor.”</u> <u>O nº 8 deve passar a nº 9 com a seguinte redação: “Todas as intervenções que impliquem picagem de reboco com exposição do aparelho construtivo ou revolvimento de solos no interior ou na envolvente de capelas e igrejas construídas até ao final do século XIX ficam condicionadas à realização de trabalhos arqueológicos de acordo com o parecer prévio das entidades competentes, <u>devendo ainda ser privilegiada a manutenção das cotas dos pavimentos existentes nos espaços religiosos, de forma a não haver afetação de contextos funerários.</u>”</u> <u>Conforme o acordado na reunião setorial acrescentar o seguinte :A identificação de novos sítios arqueológicos e a delimitação de áreas de salvaguarda resultantes de trabalhos arqueológicos será vertida para a Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda – Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural através de atualização anual pela Câmara Municipal da Covilhã, aplicando-se as medidas de salvaguarda definidas no presente Regulamento.</u> 	<p>Alterar o artigo 39.º Património arqueológico – Identificação e regime, de acordo com o proposto pela Entidade:</p> <p>1 – O património arqueológico integra todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução humana, designadamente depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados em solo rústico ou urbano, no subsolo ou em meio submerso.</p> <p>2 – Ao património arqueológico aplica-se a legislação em vigor, devendo ser privilegiada a proteção, conservação e a valorização dos vestígios arqueológicos.</p> <p>3 – Nos sítios arqueológicos e respetivas áreas de salvaguarda, todos os trabalhos ou atividades que envolvam transformação, revolvimento ou remoção de terreno do solo e subsolo, bem como demolições de construções, ou outros que envolvam a transformação da topografia ou da paisagem, implicam obrigatoriamente a realização de trabalhos arqueológicos, cuja tipologia depende do parecer prévio das entidades competentes.</p> <p>4 – A listagem e os limites estabelecidos para as áreas de salvaguarda dos sítios arqueológicos é passível de alteração, quando fundamentada cientificamente por trabalhos arqueológicos e objeto de parecer por parte da tutela do património cultural.</p> <p>5 – Se, no decurso de uma obra ou outra atividade não sujeita, previamente, ao cumprimento do disposto no n.º 3 do presente artigo, forem encontrados quaisquer vestígios arqueológicos, aplica-se o disposto no artigo 18.º.</p> <p>6 – Nos casos previstos no n.º anterior, a obra ou atividade em causa deverá ser imediatamente suspensa, de acordo com o disposto na legislação em vigor.</p> <p>7 – O tempo de duração efetiva da suspensão implica uma suspensão automática para todos os efeitos, independentemente das demais providências previstas na lei.</p> <p>8 – As intervenções arqueológicas necessárias são integralmente financiadas pelo respetivo promotor da obra ou projeto em causa, de acordo com a legislação em vigor.</p> <p>9 – Todas as intervenções que impliquem picagem de reboco com exposição do aparelho construtivo ou revolvimento de solos no interior ou na envolvente de capelas e igrejas construídas até ao final do século XIX ficam condicionadas à realização de trabalhos arqueológicos de acordo com o parecer prévio das entidades competentes, devendo ainda ser privilegiada a manutenção das cotas dos pavimentos existentes nos espaços religiosos, de forma a não haver afetação de contextos funerários.</p>	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
REG.10	14 e 15	4.1. h) <i>Relativamente ao Anexo I – Património Cultural e no que concerne à Tabela 1.4 – Património não classificado – Património arqueológico, a qual integra o Código, a Designação, o CNS e a Freguesia/União de Freguesia, estando em falta o Tipo de Sítio, que deve ser integrado tal como consta em AIII.3 – Listagem do Património Arqueológico Não Classificado do Relatório da Proposta, e, a cronologia.</i>	Integrar o Tipo de Sítio na Tabela 1.4 – Património não classificado – Património arqueológico (Anexo I – Património Cultural), de acordo com o parecer da Entidade.	Recomendação acolhida
REG.19	15	4.1 h) i) <i>Verifica-se ainda que a Tabela 1.4 – Património não classificado – Património arqueológico está incompleta, apresentando somente 145 sítios arqueológicos quando estão inventariados 197 sítios arqueológicos no Sistema de Informação Endovélico/Portal do Arqueólogo, salientando-se que os mesmos constam de AIII.3 – Listagem do Património Arqueológico Não Classificado do Relatório da Proposta, não se compreendendo esta disparidade de dados, devendo os 52 sítios em falta integrar a Tabela 1.4 do Regulamento, respetivamente: CNS23648; CNS18203; CNS25061; CNS25062; CNS25060; CNS27138; CNS23206; CNS24889; CNS24891; CNS24890; CNS26489; CNS4171; CNS19750; CNS22998; CNS22996; CNS22997; CNS30781; CNS20646; CNS30779; CNS30774; CNS30782; CNS30775; CNS30784; CNS30785; CNS30783; CNS30780; CNS15315; CNS26693; CNS26485; CNS21325; CNS2846; CNS19442; CNS19440; CNS4484; CNS4652; CNS4588; CNS12451; CNS26224; CNS15781; CNS10494; CNS16026; CNS16017; CNS4645; CNS12455; CNS12437; CNS26696; CNS25846; CNS12452; CNS12441; CNS26694; CNS3288 e CNS27601. Saliente-se que na reunião setorial ficou acordado que os dados em falta seriam inseridos.</i>	Completar a Tabela 1.4 – Património não classificado – Património arqueológico (Anexo I – Património Cultural), de acordo com o parecer da Entidade.	Recomendação acolhida
REG.20	15	4.1 h) ii) <i>O cruzamento dos dados apresentados na Tabela 1.4 e AIII.3 permitiu ainda verificar que grande parte dos Códigos apresentados na Tabela 1.4 está errado, destacando-se os erros na introdução das iniciais correspondentes à Freguesia, atribuindo-se erradamente esta divisão administrativa, e, no nº que o acompanha.</i>	Corrigir a Tabela 1.4 – Património não classificado – Património arqueológico (Anexo I – Património Cultural), de acordo com o parecer da Entidade.	Recomendação acolhida
REG.21	15	4.1 h) iii) <i>Constatou-se ainda que os Códigos da Tabela 1.4 não tem correspondência com a localização dos sítios arqueológicos na Planta de Ordenamento – Áreas de Salvaguarda - Património Arquitetónico, Arqueológico e Natural, exemplo, o SA PER 02 Quinta de São Tiago I CNS23226 corresponde sim ao SA TORT 03 da Tabela AIII.3, assim sendo na Tabela 1.4 devem ser integrados os dados de AIII.3 Listagem do Património Arqueológico Não Classificado do Relatório da Proposta.</i>	Corrigir a Tabela 1.4 – Património não classificado – Património arqueológico (Anexo I – Património Cultural), de acordo com o parecer da Entidade.	Recomendação acolhida
PLANTA DE ORDENAMENTO				
2.6 ÁREAS DE SALVAGUARDA – PATRIMÓNIO ARQUITETÓNICO, ARQUEOLÓGICO E NATURAL				
ORD.AS-PAT.03	15	4.3 a) <i>Verifica-se que nos shapefiles estão identificados os 145 sítios georreferenciados no Portal do Arqueólogo/GeoPortal e que junto ao círculo que sinaliza o sítio arqueológico está o Código da Tabela AIII.3 – Listagem do Património Arqueológico Não Classificado do Relatório da Proposta, pelo que conforme o referido no ponto iii. da alínea h) do ponto 4.1 a Tabela 1.4 do Regulamento deve integrar todos os dados da tabela AIII.3 referida, para que exista uma correspondência correta entre o Código e o sítio arqueológico.</i>	Alterar de acordo com o proposto pela Entidade.	Recomendação acolhida
ORD.AS-PAT.04	16	4.3 b) <i>Considera-se ainda que para uma melhor legibilidade desta peça gráfica deve constar a legenda para cada sítio arqueológico identificado no termos do ponto 9.1 do anterior parecer de arqueologia, ou seja, nº de inventário/código, designação e CNS.</i>	Alterar de acordo com o proposto pela Entidade.	Recomendação acolhida
PLANTA DE CONDICIONANTES				
3.5 PATRIMÓNIO CULTURAL				
COND.PAT.03	15	<i>Verifica-se que estão representados os imóveis classificados e em vias de classificação, e, as respetivas áreas de proteção, devendo, contudo, ser seguidas as orientações expressas em B.3 e B.4 do parecer de arquitetura.</i>	Ver Notas e Comentários de COND.01 e COND.02.	Recomendação acolhida
RELATÓRIO DO PLANO				
REL.03	10	3.2 a) <i>Relativamente ao subcapítulo 5.1 Objetivos Estratégicos e no que concerne ao “OE1. Revisão do modelo de desenvolvimento territorial, mais centrado na reabilitação e regeneração dos territórios existentes e na proteção e valorização do património construído” (p.205), não foi substituído “património construído” por “património cultural”, mais abrangente e que inclui o arqueológico, conforme o acordo na reunião setorial.</i>	Ver Notas e Comentários de REG.01 do Parecer Técnico de Arquitetura.	Recomendação acolhida
REL.04	10	3.2 b) <i>Foi introduzido o Anexo III – Património Não Classificado, do qual consta o AIII.3 Listagem do Património Arqueológico Não Classificado com os seguintes itens: Código; Designação e CNS; Categoria – Tipologia e Freguesia. Falta incluir a Cronologia, a qual já era referida no ponto 5.3.1 do anterior parecer, e que, por sinal, consta da Tabela 42 – Sítios Arqueológicos no Concelho da Covilhã que consta dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico.</i>	Incluir, na tabela AIII.3 Listagem do Património Arqueológico Não Classificado, a cronologia dos sítios arqueológicos, de acordo com a Tabela 42 que consta dos ECD.	Recomendação acolhida
REL.05	11	3.2 g) <i>Constata-se que no Capítulo 12. Avaliação e Monitorização do Plano não foram integrados os elementos expostos em 5.10.7 e 5.10.8, recomendação que tinha sido acolhida no âmbito da reunião setorial e que deverá ser integrada neste capítulo: N.º de novos elementos do património arqueológico inventariados, e, N.º de elementos do património arqueológico valorizados/musealizados.</i>	Por lapso, os elementos expostos em 5.10.7 e 5.10.8 (parecer de 25/06/2024) não foram acolhidos. Incluir, no Capítulo 12, os indicadores propostos pela Entidades para o património arqueológico: - N.º de novos elementos do património arqueológico inventariados - N.º de elementos do património arqueológico valorizados/musealizados	Recomendação acolhida

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
PROGRAMA DE EXECUÇÃO E PLANO DE FINANCIAMENTO				
PEPF.02	11	3.3 Verifica-se que as ações e projetos estão estruturados em 8 domínios de intervenção, sendo um deste o Património, o qual integra na Tabela 1. Correspondência entre as Ações e os Eixos e Objetivos Estratégicos do Plano e na Tabela 21. Quadro de investimentos: Património (P) o Programa/Ação “Levantamento, inventariação e classificação do património natural e arqueológico do concelho” (p.18) com um valor de 83 000,00, dando resposta à inclusão da realização da Carta Arqueológica do Concelho, conforme o indicado no anterior Parecer de Arqueologia. <u>Todavia, e, conforme o indicado em 6.1.2 deste último parecer, esse levantamento deverá ser extensível ao património arquitetónico.</u>	No seguimento do parecer emitido no âmbito da 1.ª Reunião Plenária, da CC, o compromisso assumido pelo Município na Reunião Setorial, que ocorreu a 25/09/2024, e da qual resultou o quadro de ponderação que acompanhou a ata, é a elaboração do levantamento, inventariação e classificação do património natural e arqueológico do concelho, não sendo, portanto, aplicável ao restante património.	Recomendação não acolhida

Ponderação do parecer do Património Cultural - PC
(matéria de AAE)

QUADRO 2

PATRIMÓNIO CULTURAL (PC)

Ponderação do parecer emitido em sede da 2.ª Reunião Plenária da Comissão Consultiva

Avaliação Ambiental Estratégica

N. REF.ª	PÁG. DO PARECER	EXTRATO DO PARECER	NOTAS E COMENTÁRIOS	RESULTADO DA PONDERAÇÃO
PARECER TÉCNICO DE ARQUITETURA				
RELATÓRIO AMBIENTAL				
RA.01	8	G.2. Os quadros 16 e 17, com o património classificado e em vias de classificação, foram atualizados de acordo com o anexo do Regulamento. Assim, dever-se-á atender ao já referido sobre o referido anexo no ponto A.2.	Alterar de acordo com o proposto pela Entidade no ponto A.2. do parecer, com ponderação REG.01 a REG-06, que consta de quadro autónomo, sobre a proposta de plano.	Recomendação acolhida
PARECER TÉCNICO DE ARQUEOLOGIA				
RELATÓRIO AMBIENTAL				
RA. 02	16	5 d) No Capítulo 8. Avaliação das opções estratégica do plano e recomendações para o plano, respetivamente no Quadro 51. Acolhimento no Plano das recomendações para o FCD1 – Biodiversidade, Valores Culturais e Paisagísticos mantem-se nas páginas 142 e 147 a 149 o referido nos pontos 10.10.1, 10.10.2, 10.10.3, 10.10.4 e 10.10.5 do anterior Parecer de Arqueologia. Porém, falta a integrar o proposto em 10.11/10.11.1 Garantir que os projetos agrícola (incluindo as redes de reqa) e florestais sejam objetivo de normas regulamentares específicas, de forma salvaguardar e proteger os mesmos, conforme o acordado na reunião setorial.	O Quadro 51 resume as recomendações que haviam sido elencadas no RA que integrou os elementos da proposta de PDM submetidos à 1.ª Reunião da Comissão Consultiva, bem como a forma como estas foram acolhidas no Plano. A integração da proposta da Entidade foi assegurada, na versão do RA submetida no âmbito da 2.ª Reunião da Comissão Consultiva, no capítulo 9, no Quadro 60, associada ao FCD1.	Recomendação acolhida